

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal

Class.: 829

Data: 07.0885

Pg.: _____

Denunciada demarcação ilegal da reserva Gorotire-Caiapó

Brasília — O deputado João Batista Fagundes (PMDB-RR) defendeu em Brasília o "legítimo direito à propriedade privada", ao denunciar a demarcação ilegal da reserva indígena florestal Gorotire-Caiapó, cujos limites ultrapassaram as linhas previstas em decreto presidencial e ameaçam, segundo ele, "destruir projetos do governo estadual e da iniciativa privada". Na sua opinião, a intransigência dos índios, que desde dexta-feira passada impedem a demarcação de sua área, deve-se à influência de funcionários da Funai, classificados pelo deputado como "gigolôs dos índios". Ele responsabilizou nominalmente o diretor do patrimônio indígena, Leo de Araújo Faleiros, a antropóloga Cláudia Meneses e o sertanista Cláudio Romero.

Na reserva, cuja dimensão prevista pelo decreto atinge 3.239.000 hectares de terras, vivem cerca de dois mil indígenas, o que, para o deputado, representa a "hipertrofia do direito do índio". Na sua opinião, o nativo "apenas tem direitos, e não deveres, tal como concebe a Funai". Exemplificando, o parlamentar recordou a seqüência de favorecimentos governamentais na reserva, a despeito dos projetos de desenvolvimento assentados por iniciativa do governo estadual, que acabaram traíndo empresários de várias partes do país: em 1945, através de decreto estadual, os índios Gorotire-Caiapó tiveram sua reserva delimitada em 898 mil hectares. O traçado foi modificado em 1961, a área cresceu para 2.738.085. E por fim, neste ano, estabeleceram-se 3.239.000 hectares, "sem que os proprietários legais de terras açambarcadas pela nova reserva fossem ouvidos".

Assim, de acordo com o deputado, mais de 70 mil hectares de terras titulares e com proprietários legais passaram a ser "território indígena". Nele, incluem-se desde fazendas e empresas madeireiras até garimpos.

O deputado suspeita que "interesses suspeitos" estejam orientando os índios a firmarem uma posição irredutível e até impedir o mapea-

mento correto de sua reserva na linha seca dos pontos 15 e 16, a leste da área estabelecida, onde estão o garimpo "Camaruzinho" e algumas glebas pertencentes à "Companhia de Terras da Mata Geral". Os Gorotire-Caiapó, segundo o deputado, sustaram os trabalhos de demarcação das equipes de cartografia do Exército e agora ameaçam estabelecer um novo traçado, aumentando a invasão sobre a companhia, incluindo na reserva novos garimpos do projeto Cumaru.

Entre as empresas atingidas pela reserva, acrescentou o parlamentar, estão sede das dez maiores exportadoras de madeira e agropecuária do Estado do Pará. É um prejuízo - afirmou - incalculável, "e um abuso ao legítimo direito privado". Ele disse não ser contra os índios, mas insistiu quanto a uma demarcação "coerente" e compatível com as leis.

Os fazendeiros e empresários que investiram na região, garantiu, preferem a convivência pacífica com os índios. "Eu mesmo não sou inimigo dos índios", disse, observando, contudo, o clima de discórdia e de tensão reinante depois da presença da Funai. "Em vez de proteger os índios", reiterou, "o órgão indigenista está criando problemas". Batista Fagundes enviou relatórios ao Ministério do Interior sobre a situação, mas reforçará sua posição ainda hoje na tribuna da Câmara Federal, de onde denunciará "a violação da propriedade privada no Pará".

Para isso, o deputado vai recorrer a documentos oficiais, como um "memorandum" do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), onde são relacionados os prejuízos das fazendas atingidas pela reserva indígena. Em ofício enviado à Funai em abril passado, o próprio governador do Pará, Jáder Barbalho, classificou a ampliação da reserva em "esbulho não só do patrimônio público estadual, mas também das áreas privadas legalmente tituladas há muitos anos". Conforme informou o deputado, os títulos de terras datam de 1963, quando o Estado promoveu a licitação pública de algumas áreas vizi-

nhas à reserva. O governador paraense foi mais além, no ofício: as novas dimensões "evidenciam-se desproporcionais" para um contingente que não chega a dois mil índios.